



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 1 /2025

UASG: 987541

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do Processo: 1.549/2025

Órgão Requisitante: Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas

Responsável pela Elaboração: Carlos Eduardo Mangini

Data de Elaboração: 4/6/2025

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

O município de Dois Vizinhos, no estado do Paraná, enfrenta atualmente um quadro preocupante de déficit no atendimento à primeira infância, especialmente na faixa etária de 0 a 3 anos. Essa realidade se traduz em uma demanda crescente e não atendida por vagas em creches públicas, o que compromete diretamente a efetivação de direitos fundamentais garantidos constitucionalmente, como o direito à educação, à convivência comunitária e à proteção integral da criança. A carência de estruturas públicas adequadas para o acolhimento dessa população infantil impacta de forma aguda famílias em situação de vulnerabilidade social, sobretudo aquelas beneficiárias de programas de transferência de renda, famílias monoparentais – geralmente chefiadas por mulheres –, e núcleos familiares que residem em bairros periféricos com precária infraestrutura urbana.

O problema se agrava na medida em que a ausência de creches públicas inviabiliza o acesso de muitas mães ao mercado de trabalho, perpetuando ciclos de pobreza, exclusão econômica e desigualdade de gênero. Diversas mulheres que poderiam exercer atividades laborais formais ou informais são forçadas a permanecer fora da força de trabalho por não dispor de local seguro e qualificado



onde possam deixar seus filhos. Isso repercute não apenas em sua autonomia econômica, mas também na economia local, uma vez que o não aproveitamento da força de trabalho feminina resulta em perda de produtividade e menor dinamismo econômico. Além disso, a impossibilidade de acesso à educação infantil nos primeiros anos de vida compromete o desenvolvimento integral da criança, interferindo negativamente em sua trajetória escolar futura, no seu desempenho cognitivo e emocional e na sua inserção social plena.

Do ponto de vista da política pública, o cenário configura uma omissão que contraria dispositivos legais e compromissos normativos assumidos pelo poder público nas esferas federal, estadual e municipal. A Constituição Federal, no artigo 208, inciso IV, estabelece como dever do Estado a educação infantil em creche e pré-escola às crianças de até cinco anos de idade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em seu artigo 29, reafirma esse dever e orienta para que a educação infantil se constitua na primeira etapa da educação básica, sendo oferecida em creches e pré-escolas em tempo integral ou parcial. O Estatuto da Criança e do Adolescente, por sua vez, reforça o caráter prioritário do atendimento à criança na formulação e execução das políticas sociais públicas.

A construção da creche social em Dois Vizinhos visa enfrentar esse conjunto de problemáticas de maneira estruturante. Trata-se de responder a uma necessidade concreta e urgente, cuja não resolução tem gerado impactos contínuos e cumulativos sobre a vida das famílias, a qualidade da educação ofertada pelo município, o desempenho das políticas sociais e o equilíbrio das oportunidades econômicas e de gênero. Os dados da realidade local confirmam a existência de uma demanda reprimida expressiva. Ainda que o município conte com unidades de educação infantil, estas não são suficientes em número, localização e capacidade para atender toda a população que necessita desse serviço essencial. A ausência de uma unidade de creche na região indicada para o projeto representa não apenas uma lacuna estrutural, mas um obstáculo direto à dignidade das crianças e de suas famílias.



É nesse contexto que se insere a Resolução SEDEF nº 212/2024, do Governo do Estado do Paraná, que autoriza a transferência de recursos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA/PR) aos municípios para a execução de projetos voltados à promoção da educação infantil, especialmente na faixa etária de 0 a 3 anos. A referida norma estabelece critérios e condições para a aplicação de recursos estaduais em ações de impacto social, priorizando iniciativas que promovam equidade territorial, redução de desigualdades e fortalecimento da rede de proteção à infância. A adesão do município de Dois Vizinhos a esse instrumento se dá em consonância com seu Plano Municipal pela Primeira Infância e se justifica plenamente diante do diagnóstico local que evidencia a urgência da intervenção.

A falta de uma unidade de creche adequada compromete também a efetivação dos objetivos contidos no Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), que orienta os entes federativos a integrar ações nas áreas de saúde, educação, assistência social e desenvolvimento urbano com vistas à promoção do desenvolvimento infantil. O referido marco legal reconhece a importância dos primeiros anos de vida e impõe aos entes públicos o dever de garantir à criança pequena ambientes adequados e estimulantes, com acompanhamento profissional e interação social qualificada. A ausência de creches viola esse preceito ao privar as crianças do convívio com outras da mesma idade, de estímulos adequados à sua formação integral e de profissionais capacitados para seu acompanhamento.

O interesse público que sustenta a contratação da construção da creche social é, portanto, inquestionável. A política de educação infantil não é uma política opcional, mas obrigatória, e sua execução não pode ser condicionada apenas à disponibilidade orçamentária local, especialmente diante de oportunidades legítimas de cofinanciamento por fundos estaduais e federais. A construção da unidade proposta permitirá a ampliação do número de vagas ofertadas, o atendimento de crianças em territórios de maior vulnerabilidade e o fortalecimento das políticas públicas integradas no município. Além de atender à



demanda atual, a implantação da creche atuará preventivamente diante da tendência de crescimento populacional e da ampliação da demanda por serviços públicos em áreas urbanas em expansão.

Com base nesses elementos, é possível afirmar que o problema a ser enfrentado é grave, estruturante e de forte repercussão social. A ausência de creche não é uma situação neutra: ela representa uma forma de negação de direitos, que recai de forma desproporcional sobre as crianças mais pobres, suas famílias e as mulheres. Trata-se de um obstáculo real ao desenvolvimento infantil, à igualdade de oportunidades e à coesão social, razão pela qual a construção da creche não configura apenas uma obra física, mas uma medida de justiça social, equidade territorial e fortalecimento do pacto federativo em torno da promoção da infância como prioridade absoluta do Estado.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA

(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Embora o município de Dois Vizinhos já realize esforços sistemáticos para a ampliação da oferta de educação infantil por meio de diversas estratégias, inclusive com reformas e ampliações das unidades escolares existentes e a celebração de parcerias com organizações do terceiro setor, essas medidas, embora necessárias, têm se mostrado insuficientes para atender a crescente demanda por vagas, sobretudo na faixa etária de 0 a 3 anos. O crescimento populacional, o adensamento urbano e o avanço das políticas de inclusão social provocaram um aumento sustentado na procura por creches, que não tem sido acompanhado, na mesma proporção, pela expansão da infraestrutura física pública disponível.

As unidades de educação infantil da rede municipal, em sua maioria, já operam no limite físico de suas estruturas. Algumas escolas foram ampliadas



nos últimos anos, com acréscimo de salas e melhorias internas, mas já não há, em diversos casos, possibilidade técnica de novas expansões, seja por limite de área útil, seja por restrições estruturais ou de acessibilidade. Além disso, a estratégia de parceria com entidades da sociedade civil organizada, embora válida e já aplicada pelo município, também está próxima do seu limite, pois a capacidade instalada dessas organizações — tanto em termos físicos quanto de recursos humanos — já se encontra saturada ou não comporta crescimento compatível com o aumento da demanda.

Nesse cenário, a única alternativa tecnicamente viável, juridicamente adequada e economicamente racional é a construção de uma nova unidade de creche, devidamente planejada, em terreno público e com projeto arquitetônico específico, que atenda todos os parâmetros legais exigidos pelos órgãos de controle, pela vigilância sanitária, pelas diretrizes pedagógicas do MEC e pelas normas do Conselho Nacional de Educação. Esta não é apenas a melhor opção: é a única alternativa estruturalmente capaz de oferecer uma resposta permanente, qualificada e segura ao problema da insuficiência de vagas para crianças pequenas no município.

A escolha pela construção da unidade também decorre diretamente da natureza e do objetivo da Resolução SEDEF nº 212/2024, que autoriza a transferência direta de recursos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA/PR) aos municípios, com destinação finalística explícita: a realização de investimentos estruturantes que ampliem a capacidade da rede de atenção à infância. A própria resolução delimita seu escopo ao financiamento de obras de infraestrutura social voltadas à primeira infância, de modo que a construção da creche não apenas se enquadra perfeitamente como finalidade legítima, como também é a medida esperada pela política pública estadual a ser financiada com essa modalidade de repasse. Trata-se, portanto, de uma solução obrigatoriamente vinculada ao objeto da norma que a viabiliza.

Além de atender às exigências técnicas e legais, a construção da nova creche proporciona ao município o fortalecimento do planejamento urbano e da gestão



da política educacional em médio e longo prazo. Ao contrário de soluções paliativas, como aluguel de imóveis adaptados ou sobrecarga das estruturas existentes, uma unidade nova possibilita o dimensionamento adequado da equipe pedagógica, o planejamento orçamentário contínuo, a inserção definitiva no quadro da rede pública e a integração com outras políticas sociais e de saúde voltadas à primeira infância. O investimento em infraestrutura física é, neste caso, não apenas um meio, mas uma condição indispensável para a efetivação do direito à educação infantil com qualidade e equidade.

A viabilidade econômica da construção é garantida pela transferência fundo a fundo prevista na Resolução, que permite ao município executar diretamente o projeto, respeitadas as normas da Lei nº 14.133/2021, com acompanhamento dos Conselhos de Direitos e dos órgãos de controle. Não se trata de uma despesa habitual ou eventual, mas de um investimento público justificado pela necessidade contínua e crescente da população, cuja execução está condicionada à existência de projeto técnico aprovado, titularidade do terreno, previsão orçamentária e capacidade operacional do ente municipal.

Portanto, a decisão de construir uma nova unidade de creche social resulta de um processo racional de exclusão de alternativas inadequadas ou insuficientes, e se apresenta como a única solução compatível com a realidade do município, com os objetivos da Resolução SEDEF nº 212/2024, com os princípios da administração pública e com o interesse público a ser atendido.

No caso da contratação de obra de construção civil para edificação de uma creche social com recursos oriundos de transferência fundo a fundo do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA/PR), a atividade em análise se insere no rol de hipóteses vedadas à fruição do regime diferenciado e favorecido das microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do §1º do art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006. Isso porque o objeto licitado se refere à execução de obra pública, compreendida como contratação de natureza típica de engenharia, que se enquadra expressamente entre as exceções legais ao tratamento favorecido, por envolver cessão de mão de obra e execução de



atividade com elevado grau de complexidade técnica, além de estar vinculada a repasse de recursos públicos com destinação específica. Dessa forma, justifica-se que o edital adote cláusulas que não permitam a aplicação das prerrogativas do Simples Nacional para fins de regularidade fiscal, devendo as empresas interessadas demonstrar capacidade plena de contratação conforme os critérios gerais da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da competitividade e da isonomia entre os participantes.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

A contratação em questão — voltada à construção de uma creche social com recursos oriundos de transferência fundo a fundo prevista na Resolução SEDEF nº 212/2024, não comporta parcelamento do objeto, tendo em vista sua natureza indivisível e a necessidade de garantir a integralidade da entrega final conforme projeto técnico aprovado. O objeto contratado consiste na execução de uma obra pública de engenharia, cuja divisão em partes autônomas comprometeria a continuidade, a funcionalidade e a responsabilidade técnica da construção, além de representar risco à compatibilidade entre etapas estruturais e ao controle de qualidade dos materiais e serviços aplicados. O parcelamento, nesse caso, não atenderia ao interesse público, pois geraria dificuldades de coordenação entre diferentes contratadas, aumento do risco de atrasos, incompatibilidades construtivas, e eventual fracionamento indevido da despesa. Ademais, a exigência do repasse estadual — efetuado com recursos vinculados ao Fundo Estadual para a Infância e Adolescência — impõe a realização da obra em sua totalidade, respeitando os parâmetros físicos e financeiros originalmente aprovados, o que inviabiliza sua execução fracionada sob qualquer perspectiva técnica, administrativa ou legal. Por essas razões, a contratação deve ocorrer de



forma única, coesa e integral, de modo a assegurar eficiência, economicidade e plena conformidade com o projeto aprovado e com a legislação vigente.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

Será construída uma creche social com capacidade para 46 (quarenta e seis) alunos por período e com uma área total de 456,86 m².

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

O valor estimado da contratação é de R\$ 2.458.553,19 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e três reais e dezenove centavos).

6. ANÁLISE DOS RISCOS

(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Risco identificado	Dano potencial	Ação preventiva	Ação de contingência
Fracasso da licitação por ausência de propostas válidas	Atraso no cronograma global da obra; risco de devolução dos recursos ao Estado	Divulgação ampla e em tempo hábil; análise de preços de mercado para garantir atratividade	Readequação do edital e reabertura do certame com ajustes nos critérios e prazos
Propostas com sobrepreço ou inexequíveis	Inabilitação de empresas e frustração do certame	Elaboração de orçamento detalhado com base em SINAPI	Nova licitação com parâmetros revistos e justificativa técnica anexa



Risco identificado	Dano potencial	Ação preventiva	Ação de contingência
		e parâmetros técnicos atualizados	
Apresentação de documentação inconsistente por licitantes	Inabilitação em massa; atraso no julgamento da habilitação	Modelo de edital claro; sessão de esclarecimentos; checklist interno antes da abertura	Reabertura de prazo para saneamento (quando permitido) ou novo certame
Impugnações ou recursos que paralise o certame	Suspensão da licitação e comprometimento de prazos legais da Resolução SEDEF 212/2024	Fundamentação jurídica sólida de cada cláusula editalícia; parecer jurídico preventivo	Análise célere com apoio da Procuradoria e emissão de despacho fundamentado para continuidade
Início tardio da execução contratual após assinatura	Descumprimento do cronograma físico-financeiro pactuado com o Estado	Acompanhamento diário do processo de emissão de ordem de serviço e ART	Notificação extrajudicial com prazo e penalidade contratual clara
Dificuldades técnicas no solo (aterros, lençol freático, etc.)	Modificações de projeto, aditivos técnicos e atraso	Levantamento topográfico e sondagem de solo antes da licitação	Revisão do projeto executivo e solicitação justificada de aditivo técnico e cronograma
Períodos de chuva intensa ou intempéries prolongadas	Paralisação da obra e descumprimento de metas físicas	Planejamento do início da obra em período de estiagem e cláusula contratual de flexibilização climática	Reprogramação do cronograma com previsão de dias não trabalhados, dentro do limite contratual
Abandono da obra pela contratada	Paralisação total; risco de descontinuidade da política pública	Avaliação rigorosa da capacidade econômico-financeira; exigência de garantia contratual	Aplicação de penalidades, execução da garantia e convocação da segunda colocada ou nova licitação
Execução com materiais fora das especificações técnicas	Comprometimento da durabilidade e segurança da obra	Fiscalização rigorosa com testes de qualidade; exigência de ART por etapa	Determinação de refazimento e substituição do



Risco identificado	Dano potencial	Ação preventiva	Ação de contingência
			material com ônus da contratada
Inadimplemento de encargos trabalhistas pela empresa	Passivo judicial para a Administração como tomadora de serviços	Exigência de regularidade trabalhista mensal; retenção de pagamentos conforme cláusulas de fiscalização	Suspensão dos pagamentos até regularização e abertura de processo de responsabilização
Incompatibilidade entre medição física e execução real	Pagamento indevido ou superfaturamento	Fiscalização presencial por engenheiro habilitado e conferência cruzada entre medição, diário de obra e fotos	Glosa imediata do valor e instauração de tomada de contas especial, se necessário
Descompasso entre a execução orçamentária estadual e municipal	Risco de extrapolação do prazo da Resolução e devolução dos recursos	Planejamento financeiro vinculado a cronograma físico; empenho imediato e cronograma pactuado com o setor financeiro	Justificativa técnica para prorrogação com base na normativa estadual e solicitação formal à SEDEF

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

A solução proposta consiste na construção de uma nova unidade de creche pública no município de Dois Vizinhos, com recursos provenientes da transferência fundo a fundo autorizada pela Resolução SEDEF nº 212/2024, oriundos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA/PR). A obra será executada em terreno público previamente destinado à finalidade educacional, com projeto arquitetônico compatível com as diretrizes do Ministério da Educação e com os parâmetros técnicos exigidos pelos órgãos de controle e vigilância sanitária. A unidade contará com salas de atividades, sanitários



infantis, refeitório, lactário, espaços de convivência e pátio externo, garantindo infraestrutura adequada e segura para o atendimento de crianças de 0 a 3 anos em situação de vulnerabilidade social.

Essa solução visa ampliar de forma estruturante a capacidade de atendimento da rede municipal de educação infantil, promovendo a efetivação do direito à educação básica, a equidade territorial no acesso à creche e a articulação com políticas públicas de proteção social e desenvolvimento humano. A escolha pela execução direta da obra se justifica pela viabilidade técnica, pela compatibilidade com os critérios da Resolução estadual e pela necessidade de resposta definitiva e duradoura à demanda crescente por vagas, superando soluções paliativas já esgotadas no município.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Como requisitos da contratação serão requeridos os seguintes documentos:

- a) Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
- b) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente sendo eles Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo, em plena validade.
 - a. Em se tratando de empresa de engenharia não registrada bo CREA do Estado do Paraná, deverá apresentar o registro do CREA do Estado de origem, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentar o CREA Paraná visto do antes da assinatura do contrato.
- c) Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação



de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

- a. O atestado de capacidade deve ter a quantidade mínima de 228,43m² no objeto “Construção de Edificações em Alvenaria e Concreto Armado”.
- b. O(s) atestado(s) apresentado(s) para a comprovação de qualidade técnica somente constituirá(ão) prova de capacitação se acompanhado(S) da respectiva Certidão de Acervo Técnico, ou ART ou RRT, emitido(s) pelo CREA e/ou pelo CAU.
- d) Apresentação do(s) profissionais(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):
- e) Certificado de Registro de Pessoa Física no respectivo Conselho de Classe (com atribuição para o objeto licitado) contendo no mínimo os seguintes dados: Nome; Endereço; Número e data do registro e nome do Profissional indicado para esta licitação.
- f) Comprovação de que o licitante possui vínculo profissional, na data de abertura desta licitação, com o Profissional indicado. (Se empregado através do Contrato de Trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Ficha de Registro de Empregados, em que conste o licitante como contratante, quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma, contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, se o vínculo for de natureza civil apresentar Contrato de prestação de serviços regido pela legislação comum).
- g) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme



especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, se cabíveis ao objeto.

h) Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC),

O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios do produto.

A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

A Contratada deverá fornecer/executar diretamente o produto/serviço, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

Prestará todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos/serviços fornecidos.

Necessitará executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.

Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer Nota Fiscal correspondente aos produtos comercializados, igual ao descrito em Nota de Empenho, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas, de mão de obra dos produtos, transporte até o local da entrega que será previamente indicado.

Quando a execução for adquirida pelo Município através de Transferências Especiais de Recursos Federais ou Estaduais ou verba parlamentar é imprescindível indicar nas observações da Nfe, o número do convênio, número



do Edital, documentos estes que comprovam o nexo causal entre recursos repassados e as despesas realizadas.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(x) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

a) Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

Justifica-se pela necessidade de garantir que os licitantes tenham ciência plena das condições técnicas, logísticas, operacionais e ambientais do local da obra, prevenindo alegações futuras de desconhecimento que possam comprometer o andamento ou a qualidade da execução. Essa exigência reforça os princípios da responsabilidade objetiva e da boa-fé, assegurando que o contratado esteja apto a cumprir suas obrigações de forma diligente e sem surpresas operacionais.

b) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, sendo eles Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em plena validade. A exigência do registro profissional da empresa no conselho competente garante a regularidade técnica do licitante e sua habilitação legal para exercer atividades inerentes à engenharia ou arquitetura. Trata-se de requisito legal indispensável



para a contratação de obras e serviços técnicos especializados, conforme legislação específica que rege o exercício profissional dessas categorias.

c) Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Esta exigência visa comprovar a experiência prévia da empresa na execução de obras de porte, natureza e complexidade semelhantes à que se pretende contratar. Trata-se de medida fundamental para mitigar o risco de inexecução, garantir a idoneidade técnica do licitante e assegurar que o contrato será cumprido com qualidade, conforme previsto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o dever da Administração de zelar pelo bom desempenho da execução contratual.

d) Apresentação do(s) profissionais(is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes. Esta exigência garante que o responsável técnico designado para a execução da obra possui efetiva experiência prática na condução de projetos de complexidade similar, além de estar legalmente habilitado para assumir a responsabilidade técnica da execução contratual. Isso assegura qualidade técnica, rastreabilidade e responsabilidade civil e ética sobre os serviços executados.

e) Certificado de Registro de Pessoa Física no respectivo Conselho de Classe (com atribuição para o objeto licitado), contendo nome, endereço, número e data do registro, e nome do profissional indicado para esta licitação. Trata-se de documento essencial para comprovar que o profissional técnico que atuará na execução está regularmente habilitado perante o seu conselho profissional, com atribuição específica compatível com o objeto da licitação. Isso garante conformidade legal e técnica e viabiliza a emissão da Anotação de



Responsabilidade Técnica (ART) ou do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).

f) Comprovação de que o licitante possui vínculo profissional com o profissional indicado.

Essa exigência tem como finalidade garantir que o profissional técnico apresentado na proposta possui relação formal e vigente com a empresa licitante, seja como empregado, sócio ou prestador de serviço vinculado. Evita-se, assim, o uso indevido de currículos ou registros de profissionais sem anuência ou vínculo real, o que poderia comprometer a credibilidade da proposta e a execução efetiva do contrato.

A exigência de apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) pela empresa contratada justifica-se pela necessidade de garantir o correto manejo dos resíduos sólidos gerados durante a execução da obra da creche social, assegurando sua segregação, armazenamento, transporte e destinação final conforme os critérios estabelecidos na Resolução CONAMA nº 307/2002. Trata-se de uma obrigação técnica e ambiental que visa mitigar impactos negativos como o descarte irregular de entulhos, contaminação do solo, obstrução de vias públicas e poluição visual, promovendo a preservação da saúde coletiva e do meio ambiente urbano. Além do amparo legal, a exigência encontra respaldo direto nas diretrizes do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (2024)**, que recomenda expressamente a inclusão do PGRCC como requisito técnico mínimo em obras públicas, sobretudo em empreendimentos financiados com recursos públicos. Considerando que o município de Dois Vizinhos adota os modelos federais de planejamento e execução contratual, essa exigência alinha-se às boas práticas nacionais de sustentabilidade e reforça o compromisso da Administração com uma gestão responsável, eficiente e ambientalmente orientada dos recursos públicos.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL



(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

A execução da obra de construção da creche social poderá gerar alguns impactos ambientais típicos de empreendimentos de pequeno a médio porte no contexto urbano, os quais, embora não classifiquem o projeto como de significativo impacto ambiental (nos termos da Resolução CONAMA nº 01/1986), exigem atenção da Administração Pública para fins de prevenção, mitigação e controle, conforme os princípios do desenvolvimento sustentável e da legislação ambiental vigente.

Entre os impactos potenciais estão a geração de resíduos sólidos da construção civil, o aumento do ruído e da poeira durante o período de execução da obra, o risco de contaminação do solo por armazenamento inadequado de materiais e o consumo pontual elevado de recursos naturais (água e energia). Para mitigar esses efeitos, será exigida da contratada a apresentação de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), em conformidade com a Resolução CONAMA nº 307/2002; a adoção de práticas de controle de poeira, como umidificação periódica do canteiro; o uso de equipamentos com manutenção regular para evitar emissão excessiva de gases e ruídos; e a instalação de barreiras físicas de contenção e sinalização para proteção do entorno. Além disso, deverá ser prevista a destinação ambientalmente adequada dos resíduos e a utilização de materiais certificados, quando possível, promovendo a redução dos impactos ambientais e a segurança do espaço urbano durante a execução da obra.

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade



ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

Além disso, orienta-se a contratada a algumas medidas, conforme segue abaixo:

Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;

Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (Lei nº 12.305/2010);

Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei nº 12.305/2010);

Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados;

Opção gradativa por produtos mais sustentáveis, com estabelecimento de metas crescentes de aquisição, observando-se a viabilidade econômica e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade;

Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;

Observância às normas técnicas, elaboradas pela ABNT, para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados; e

Conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor expedidos pelo Conmetro/Inmetro de forma a assegurar aspectos relativos à saúde, à segurança, ao meio ambiente ou à proteção do consumidor e da concorrência justa (Lei nº 9.933/1999).

Em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (2024), especialmente o item 3.5.2, que trata de obras públicas e serviços de engenharia, este Estudo Técnico Preliminar reconhece e incorpora diretrizes específicas para a mitigação de tais impactos. Dentre as medidas previstas,



destaca-se a exigência de apresentação, pela empresa contratada, de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), elaborado conforme a Resolução CONAMA nº 307/2002, prevendo a separação, reutilização, transporte e destinação final ambientalmente adequada de entulhos e demais resíduos gerados. Serão adotadas exigências quanto à utilização de materiais com menor impacto ambiental, como tintas à base de água, madeiras certificadas e preferência por fornecedores locais, além da previsão de itens de eficiência energética e hídrica no projeto da edificação, tais como iluminação natural, ventilação cruzada, torneiras com temporizador e vasos sanitários com duplo acionamento. Para o controle de poeira e poluição sonora, a contratada deverá manter o solo umedecido nos períodos secos, operar equipamentos com manutenção em dia e implantar barreiras físicas de contenção e sinalização adequada no canteiro de obras. Essas exigências, aliadas à fiscalização sistemática da execução contratual, permitirão a condução da obra com impacto ambiental reduzido, compatível com os princípios do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental na administração pública.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

A contratação da obra para construção da creche social tem como finalidade gerar resultados concretos em termos de economicidade e otimização dos recursos públicos disponíveis. A execução direta da obra em terreno de propriedade do município, com projeto técnico previamente elaborado e compatível com os parâmetros oficiais, permite um melhor aproveitamento dos recursos financeiros transferidos por meio do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência, uma vez que elimina a necessidade de gastos com aquisição de imóvel, reformas de adaptação ou locações onerosas e transitórias. A padronização do projeto arquitetônico, a centralização da execução em uma única empresa contratada e o acompanhamento técnico contínuo promovem



ganhos de escala, evitam desperdícios e reduzem o custo global da implantação. Além disso, a implantação da unidade própria permitirá reorganizar a distribuição da demanda da educação infantil no município, reduzindo a sobrecarga em unidades existentes e a dependência de parcerias com o terceiro setor, o que se traduz em maior racionalidade administrativa e previsibilidade orçamentária.

Do ponto de vista do aproveitamento dos recursos humanos, a nova unidade viabiliza o redimensionamento da força de trabalho da rede municipal de educação, com alocação estratégica de profissionais concursados ou contratados, conforme os parâmetros do Plano de Cargos e Salários do município. A centralização das atividades pedagógicas e de apoio em uma estrutura planejada favorece a eficiência da gestão escolar, o monitoramento pedagógico e o planejamento integrado de ações intersetoriais, especialmente com as políticas de assistência social e saúde. A racionalização dos insumos materiais também será beneficiada, uma vez que a nova unidade permitirá a aquisição centralizada de mobiliário, materiais didáticos e gêneros alimentícios em quantitativos compatíveis com o porte da unidade e a realidade local, evitando compras fragmentadas e reduzindo o custo por aluno atendido. Dessa forma, o projeto assegura que os recursos públicos sejam empregados de forma estratégica, com impacto duradouro e com efetividade na promoção da educação infantil, da equidade territorial e da sustentabilidade fiscal da política pública.

12. REGIME DE FORNECIMENTO

(Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Empreitada por preço global.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À

**CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Carlos Eduardo Mangini
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Murilo Szpak
Fiscal Técnico:	Murilo Szpak
Suplentes:	Raul Zanella

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES

(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas, para a viabilidade e contratação desta demanda e não se verificou a necessidade de contratações interdependentes.

15. ALINHAMENTO COM O PAC

(art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

A ausência de previsão específica da contratação da construção da creche social no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2025 decorre do fato de que a oportunidade de execução da obra surgiu a partir da publicação da Resolução



SEDEF nº 212/2024, que autorizou a transferência fundo a fundo de recursos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA/PR) para investimentos estruturantes em educação infantil. À época da elaboração do PCA, o município ainda não havia sido contemplado com a aprovação do projeto junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tampouco existia garantia formal de recursos, inviabilizando a inclusão do objeto no planejamento ordinário. Trata-se, portanto, de uma situação superveniente, de oportunidade excepcional, cuja formalização e execução dependem de cronograma externo à Administração Municipal, vinculado à liberação de recursos por ente estadual.

Ainda que não prevista no PCA, a contratação mostra-se urgente e plenamente justificada diante da necessidade consolidada de ampliação da rede pública de educação infantil e da possibilidade concreta de financiamento integral por meio de recursos vinculados. A realização da obra permitirá enfrentar de maneira efetiva a demanda reprimida por vagas em creche, promover a inclusão social de crianças em situação de vulnerabilidade, reduzir desigualdades no acesso à educação e fortalecer a infraestrutura educacional do município de forma permanente. Assim, mesmo não integrando o planejamento original anual, a contratação atende ao interesse público imediato e se alinha aos princípios da eficiência, da oportunidade e da economicidade.

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- ☒ Global
- ☐ Lote(s) de Itens
- ☐ Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☐ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais
- ☒ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de Engenharia



A contratação para construção da creche social configura-se como serviço comum de engenharia, nos termos do §3º do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de obra padronizada, com projeto básico previamente definido e com soluções técnicas usuais no mercado, não demandando inovação, técnicas complexas ou soluções personalizadas de alta especialização. O objeto apresenta metodologia executiva consolidada, com baixa variabilidade tecnológica, permitindo a descrição precisa das exigências no edital e a comparação objetiva entre as propostas apresentadas. Além disso, a natureza do empreendimento – construção de edificação pública de pequeno porte com finalidades sociais – enquadra-se nas diretrizes de racionalização e eficiência administrativa da contratação pública, permitindo o seu tratamento como serviço comum de engenharia, com fundamento na jurisprudência do Tribunal de Contas da União e nas orientações da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

- () Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- () Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- (x) Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- () Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

18. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

A contratação da obra para construção da creche social revela-se plenamente adequada para o atendimento da necessidade identificada, uma vez que oferece solução definitiva, estruturante e compatível com o objetivo de ampliar a oferta de educação infantil no município, especialmente para crianças de 0 a 3 anos em situação de vulnerabilidade social. Trata-se de medida que responde de forma direta e eficaz à demanda crescente por vagas em creches, promovendo a efetivação de direitos fundamentais, a equidade territorial e a racionalização dos recursos públicos, além de estar integralmente alinhada aos critérios



técnicos, legais e financeiros estabelecidos pela Resolução SEDEF nº 212/2024, que viabiliza a execução da obra por meio de transferência fundo a fundo do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência. Assim, a contratação atende plenamente ao interesse público e aos princípios que regem a administração pública, justificando-se sua realização com base nos fundamentos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar.

19. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- ☐ Pregão, ☐ Tradicional ☐ SRP
- ☒ Concorrência, ☒ Tradicional ☐ SRP
- ☐ Concurso
- ☐ Leilão
- ☐ Dialogo Competitivo

Procedimentos auxiliares

- ☐ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
- ☐ Pré-Qualificação
- ☐ Procedimento de Manifestação de Interesse, etc vide art. 78 da Lei.

Contratação Direta:

- ☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa
- ☐ Inexigibilidade de licitação.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Critério de julgamento:

- ☒ menor preço
- ☐ melhor técnica ou conteúdo artístico
- ☐ técnica e preço
- ☐ maior retorno econômico
- ☐ maior desconto
- ☐ maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- ☒ Aberto
- ☐ Fechado
- ☐ Aberto e Fechado
- ☐ Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO

- ☐ SIM
- ☒ NÃO

20. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

- ☐ Recursos Próprios
- ☒ Recursos Estaduais
- ☐ Recursos Federais

Dois Vizinhos, 4 de junho de 2025

Carlos Eduardo Mangini

Secretário de Planejamento e Ações Estratégicas

Responsável pela Elaboração do ETP

Matrícula Funcional 20392-1